

Relatório Técnico

CONDIÇÕES DE TRABALHO E SAÚDE MENTAL DE JORNALISTAS NO BRASIL

Elaborado por:
Bruna Ballarotti e
Elaine Cristina Marqueze



RELATÓRIO TÉCNICO DA PESQUISA “CONDIÇÕES DE TRABALHO E SAÚDE MENTAL DE JORNALISTAS NO BRASIL”

Elaborado por
Bruna Ballarotti e
Elaine Cristina Marqueze



Fevereiro 2026

Presidência da FENAJ

Samira de Castro Cunha

Coordenação de projeto pela FENAJ

Norian Segatto

Coordenação de projeto pela Fundacentro

Marcelo Kimati Dias

Elaboração

Bruna Balarotti

(com apoio do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) - Brasil, - Processo nº 402096/2024-0)

Elaine Cristina Marqueze

Agradecimentos

Cristiane Oliveira Reimberg

Alexandra Rinaldi

Alexandre Linares

Rogério Bezerra da Silva

Patrícia Zaidan

César Akiyoshi Saito

Doracy Moraes de Souza

Laura Soares Martins Nogueira

Apresentação

Esta obra e a pesquisa que a fundamenta nascem do compromisso institucional da Fundacentro em cumprir seu papel fundamental: ser um equipamento que serve à saúde dos trabalhadores e trabalhadoras brasileiros. Compreendemos que, para realizar essa tarefa com excelência, nossa instituição precisa se renovar constantemente em seus projetos, iniciativas de pesquisa e parcerias, construindo relações de cooperação conjunta para produzir o conhecimento válido e necessário à promoção de ambientes mais seguros e saudáveis.

O conhecimento acerca do que adoecce o trabalhador no presente deve ser sempre atualizado. Nesse sentido, não há dúvidas de que a saúde mental no trabalho se consolidou como um dos grandes temas da Segurança e Saúde no Trabalho (SST) do presente e do futuro. Os dados de que dispomos hoje são alarmantes e revelam que a maneira como organizamos nossos serviços, nossos espaços e nossas relações internas é um fator preponderante para a alta prevalência do adoecimento psíquico na trama mais ampla da sociedade.

Este estudo propõe-se a elucidar, contexto por contexto, os modos como esse processo ocorre. O objetivo é produzir um conhecimento que não apenas alimente o pensamento sobre novas normas, regulamentações e legislações, mas que sirva também como um instrumento de diálogo entre as diversas partes e como subsídio para que empregadores e sindicatos possam negociar em termos mais adequados, qualificando progressivamente o nosso ambiente de trabalho.

Sinto-me honrado em iniciar este processo, que lançará luz à realidade dos jornalistas de todo o Brasil. É fundamental que esses profissionais saibam que não estão sozinhos e que não estão gritando no deserto ao relatarem as formas de sobretrabalho e o quanto isso tem comprometido sua saúde. Estamos falando de uma categoria essencial, especialmente em um momento em que a luta pela informação de qualidade, séria e responsável, atinge o auge de sua importância como instrumento da nossa democracia.

O jornalismo é vital para a manutenção de uma sociedade democrática. Que este trabalho seja a nossa contribuição, tanto para a saúde dos jornalistas quanto para o fortalecimento da democracia brasileira.

Agradeço à equipe da Fundacentro e aos parceiros que construíram a ponte necessária para este acordo de cooperação. Que esta leitura e os dados aqui apresentados cumpram seu propósito de transformar realidades.

Muito obrigado e que tenhamos êxito nesta pesquisa.

Presidência da Fundacentro

A Federação Nacional dos Jornalistas (FENAJ) apresenta este estudo como uma contribuição fundamental para o entendimento das condições de trabalho e dos impactos na saúde mental da categoria no Brasil. Trata-se de uma iniciativa que responde a uma demanda histórica do movimento sindical dos jornalistas: produzir evidências concretas, sistematizadas e atualizadas que revelem, com profundidade, os desafios enfrentados no cotidiano profissional.

Os dados aqui reunidos evidenciam um cenário preocupante, marcado por altas taxas de estresse, ansiedade, depressão, insônia, assédio moral e violência digital. Além disso, revelam um ambiente de trabalho caracterizado por altas demandas, baixo controle sobre as atividades e insuficiente apoio social — fatores amplamente reconhecidos como determinantes de adoecimento psíquico. Esses elementos não apenas afetam a saúde dos profissionais, mas também impactam diretamente a qualidade da informação produzida e, consequentemente, o próprio direito da sociedade à informação.

Para a FENAJ, este estudo cumpre um papel estratégico ao subsidiar a formulação de políticas sindicais mais eficazes, baseadas em evidências. Ele fortalece a capacidade de atuação das entidades representativas na defesa de condições dignas de trabalho, na negociação coletiva e na incidência junto a empregadores e ao poder público. Ao explicitar a dimensão dos riscos psicossociais presentes no jornalismo, o levantamento reforça a urgência de incorporar a saúde mental como eixo central da agenda sindical.

Esse debate ganha ainda mais relevância no contexto da atualização da Norma Regulamentadora nº 1 (NR-1), que estabelece diretrizes gerais sobre segurança e saúde no trabalho e que, cada vez mais, reconhece a importância da gestão dos riscos psicossociais. A partir dessa perspectiva, os achados deste estudo oferecem uma base concreta para que os Sindicatos de Jornalistas e a Federação atuem na implementação de programas de gerenciamento de riscos que incluam, de forma efetiva, a prevenção do assédio, do adoecimento mental e da sobrecarga de trabalho.

A FENAJ entende que a aplicação da NR-1 deve considerar as especificidades da atividade jornalística, marcada por pressão constante, exposição a situações de conflito, violência simbólica e, cada vez mais, ataques no ambiente digital. Nesse sentido, este estudo contribui para orientar a construção de protocolos, campanhas, cláusulas em acordos coletivos e políticas institucionais que promovam ambientes de trabalho mais seguros, saudáveis e respeitosos.

Mais do que um diagnóstico, este trabalho é um instrumento de luta. Ele reafirma o compromisso da FENAJ com a valorização profissional, a defesa da saúde dos jornalistas e o fortalecimento do jornalismo como atividade essencial à democracia. Ao transformar dados em ação, avançamos na construção de um futuro em que trabalhar com informação não signifique adoecer, mas sim exercer plenamente um direito e uma função social indispensável.

Samira de Castro Cunha
Presidenta da FENAJ

RELATÓRIO TÉCNICO DA PESQUISA “CONDIÇÕES DE TRABALHO E SAÚDE MENTAL DE JORNALISTAS NO BRASIL”

RESUMO

A profissão de jornalista, intrinsecamente dinâmica e muitas vezes estressante, expõe seus profissionais a riscos psicossociais e impactos na saúde mental. O presente estudo transversal e descritivo teve como objetivo principal descrever o perfil das condições de trabalho e a prevalência de problemas de saúde mental na população de jornalistas no Brasil. Adicionalmente, buscou caracterizar a percepção de demanda, controle e apoio social no trabalho, a prevalência de assédio moral e cyberbullying, e os níveis de satisfação e capacidade para o trabalho, bem como estimar a prevalência de sintomas de insônia, ansiedade, estresse, depressão e transtornos por uso de álcool. A amostra foi composta por 257 jornalistas brasileiros, recrutados via amostragem por conveniência e bola de neve, e que responderam a um questionário online. Os resultados sociodemográficos revelaram predominância de mulheres cisgênero (62,3%) e etnia branca (67,7%), com idade média de 44,4 anos e experiência profissional considerável (média de 18,6 anos). O cenário ocupacional é marcado por trabalho em turnos (49,8% matutino/vespertino), regimes CLT (42,8%) e PJ (40,5%), e local de trabalho na empresa (58%). Achados críticos incluíram elevada prevalência de assédio moral (37,0% por critério de Leymann; 26,1% por Mikkelsen & Einarsen) e cyberbullying (30,4%). A análise do estresse ocupacional segundo Karasek revelou que 28% dos jornalistas estão em situação de Alto Desgaste, com 61,1% percebendo baixo apoio social. A capacidade para o trabalho mostrou-se moderada para 51,8% e baixa para 33,1% dos profissionais. No que tange à saúde mental, quase metade (47,9%) reportou sintomas de insônia, e observou-se alta prevalência de sintomas de estresse (47,8%), ansiedade (35,8%) e depressão (50,2%), com proporções significativas nos níveis severo e extremamente severo. O uso de álcool de risco, nocivo ou de dependência foi identificado em 21,5% da amostra. A satisfação no trabalho, com média de 70,4 pontos (DP 26,9) em uma escala de 22-132, situou-se ligeiramente abaixo do ponto médio da escala, com elevada heterogeneidade. Em conclusão, este estudo revela um panorama preocupante das condições de trabalho e da saúde mental dos jornalistas no Brasil, com elevada prevalência de fatores de estresse psicossocial e transtornos mentais, demandando atenção urgente e o desenvolvimento de estratégias de proteção e promoção da saúde para esta categoria profissional.

FIGURA RESUMO

Relações e riscos psicossociais:

- Assédio Moral: 37,0% (Leymann) e 26,1% (Mikkelsen & Einarsen)
- Cyberbullying: 30,4%
- Trabalho de alto desgaste (Karasek): 28%
- Baixo apoio social: 61,1%

Saúde mental e uso de álcool:

- Sintomas de Insônia: 47,9%
- Sintomas de Depressão: 50,2%
- Sintomas de Estresse: 47,8%
- Sintomas de Ansiedade: 35,8%
- Uso de risco ou provável dependência de álcool (AUDIT): 21,5%



Funcionalidade e satisfação no trabalho:

- Baixa capacidade para o trabalho (ICT): 33,1%
- Moderada capacidade para o trabalho (ICT): 51,8%
- Satisfação no trabalho (OSI): abaixo do ponto médio teórico (70,4 pontos)

SUMÁRIO

1 Introdução	9	4.5 Satisfação no trabalho	26
2 Objetivos	13	4.6 Sintomas de insônia	28
2.1 Objetivo primário	13	4.7 Demanda, controle e apoio social no trabalho	28
2.2 Objetivos secundários	13	4.8 Sintomas de estresse, ansiedade e depressão	29
3 Materiais e métodos	14	4.9 Assédio no trabalho	31
3.1 Desenho do estudo	14	4.10 Cyberbullying	32
3.2 Coleta de dados	14	5 Considerações finais	33
3.3 População e amostra do estudo	14	5.1 Violência e assédio no ambiente de trabalho e digital	33
3.3.1 Critérios de inclusão	15	5.2 Estresse ocupacional e recursos psicossociais no trabalho	33
3.3.2 Critérios de exclusão	15	5.3 Saúde mental e uso de álcool	34
3.4 Variáveis do estudo	15	5.4 Capacidade e satisfação no trabalho	34
3.5 Análise de dados	21	5.5 Limitações do estudo e recomendações metodológicas futuras	35
3.6 Aspectos éticos	21	5.6 Contribuições do estudo	35
4 Resultados	21	Referências	35
4.1 Características sociodemográficas	21		
4.2 Características ocupacionais	23		
4.3 Consumo de álcool (AUDIT)	25		
4.4 Índice de capacidade para o trabalho	26		

1 Introdução

A profissão de jornalista, essencial para a disseminação de informações e formação da opinião pública, expõe seus profissionais a uma variedade de riscos físicos e psicológicos. Collins (2001) destacou que a coleta e a apresentação de informações podem expor os jornalistas a uma variedade de perigos físicos e psicológicos, incluindo o estresse associado a prazos e a reportagens em condições climáticas ou sociais perigosas, e a exposição contínua a situações de alta pressão emocional.

Entre esses desafios, o assédio moral tem se destacado como um problema crítico que afeta a saúde e o bem-estar dos jornalistas, especialmente no contexto de redações digitais e ambientes de trabalho em tempo real. Sisson et al. (2017) acrescentaram que a cobertura de temas polarizados, como o aborto, aumenta os desafios enfrentados pelos jornalistas, resultando frequentemente em assédio e violência. A vulnerabilidade dos jornalistas a traumas relacionados ao trabalho também foi abordada por Smith et al. (2018), que identificaram fatores pessoais e organizacionais associados ao desenvolvimento de estresse pós-traumático entre jornalistas que cobrem histórias traumáticas.

Diversos estudos têm apontado que o ambiente de trabalho dos jornalistas frequentemente se caracteriza por demandas excessivas, controle limitado sobre o trabalho e uma cultura de normalização do assédio moral. Esses fatores combinados criam um cenário propício para o desenvolvimento de problemas de saúde mental, como ansiedade, depressão e estresse. Além do impacto negativo na saúde mental, o assédio moral também afeta a produtividade, a qualidade do trabalho jornalístico e a retenção de talentos na profissão. Esses profissionais frequentemente enfrentam dilemas éticos, assédio por parte do público e desafios internos relacionados à neutralidade editorial e à busca de novas perspectivas para suas matérias.

Especificamente sobre as elevadas pressões que os jornalistas são submetidos, a pesquisa de Lelo (2021) destacou como a aceleração dos regimes de publicação em veículos de comunicação digital contribui para a naturalização do assédio moral nas redações, racionalizado muitas vezes como uma consequência inevitável da urgência na cobertura de notícias.

Outro aspecto relevante é a questão do assédio moral online. Estudos internacionais, como o de Björkenfeldt (2023), demonstraram que jornalistas estão expostos a ataques virtuais frequentes, que muitas vezes não são adequadamente abordados pelos sistemas legais. Isso agrava a sensação de vulnerabilidade e impotência entre os profissionais de imprensa. No contexto japonês, Tonami et al. (2022) ilustraram como o assédio online se manifesta de forma sistemática, destacando a necessidade de medidas de proteção mais eficazes para jornalistas, especialmente mulheres, que são frequentemente alvos de ataques baseados em gênero. No contexto latino-americano, Ramires (2020) e Manjarrez Peñúñuri (2018) abordaram as experiências de discriminação e assédio enfrentadas por jornalistas mulheres, enfatizando a necessidade de ações coletivas para enfrentar essas questões.

No Brasil, a situação é igualmente preocupante. Manjarrez Peñúñuri (2018) e Ramires (2020) discutiram as experiências de mulheres jornalistas que enfrentaram assédio moral e sexual em suas rotinas profissionais. Essas mulheres desenvolveram diversas estratégias de resistência, desde a tolerância passiva até a denúncia ativa, revelando a complexidade e a persistência da violência de gênero nas redações.

Amorim & Bueno (2019) realizaram um Estado da Arte sobre o assédio moral e sexual no jornalismo brasileiro, analisando pesquisas de Mestrado e Doutorado, bem como estudos publicados em eventos relevantes como o da Associação Brasileira de Pesquisadores em Jornalismo, o SBPJor. O levantamento mostrou uma escassez de estudos sobre assédio no jornalismo, apesar da recorrência de questões de gênero e feminismo. A pesquisa destacou também a necessidade urgente de mais estudos e intervenções para combater essas práticas nocivas.

No que se refere à questão de gênero, Assis (2023) discutiu os esforços da comunidade LGBTQIA+ de jornalistas brasileiros em promover ações afirmativas, em meio a um ambiente político e social conservador. A criação de uma Comissão LGBT pelo Sindicato dos Jornalistas de São Paulo, uma pesquisa específica sobre jornalistas LGBTQIA+ e o desenvolvimento do Manual de Comunicação LGBTI+ são exemplos de iniciativas que buscam criar um espaço mais seguro e inclusivo no jornalismo. No entanto, essas ações enfrentam obstáculos significativos, refletindo um paradoxo similar ao enfrentado pelo movimento feminista: "tudo muda, mas nada muda", frase recorrentemente utilizada para explicar as dificuldades enfrentadas pelo movimento feminista. Isso evidencia a persistente necessidade de combater preconceitos e promover a inclusão efetiva.

Campagna & Kutzke (2019) investigaram as mudanças na rotina profissional das mulheres jornalistas brasileiras devido ao assédio sexual, verbal e moral. A pesquisa com 181 mulheres jornalistas revelou que, embora a maioria continue realizando seu trabalho como antes, os depoimentos espontâneos indicaram mudanças significativas no comportamento, no setor de atuação e até na carreira, evidenciando a profunda influência do assédio na vida profissional e pessoal dessas jornalistas.

No Paquistão, o jornalismo abriu suas portas para as mulheres com a contribuição pioneira de Begum Zeb-un-Nisa Hamidullah em 1948, seguida por outras como Shaista Zaid, que pavimentaram o caminho para as gerações futuras. No entanto, a situação atual está longe de ser otimista. As mulheres jornalistas paquistanesas frequentemente enfrentam abusos, assédio e objetificação com base no gênero. Situações de violência, como repórteres sendo esbofeteadas enquanto cumprem suas funções, são exemplos extremos do ambiente hostil que essas profissionais enfrentam (Iqbal & Iqbal, 2017). Anteriormente, a discriminação de gênero e a violência já tinham sido identificados, afetando a saúde mental e a carreira das mulheres jornalistas. A disparidade salarial e a falta de oportunidades de treinamento, o assédio e a discriminação são prevalentes e prejudicam o desenvolvimento profissional dessas mulheres (Zamir, 2021; Hussain & Dev, 2013).

No Nepal, mulheres jornalistas também sofrem assédio online, enfrentando perseguição, violência de gênero e intimidação, o que impacta diretamente sua liberdade de expressão e segurança digital. Medidas de proteção e apoio são frequentemente insuficientes, deixando-as vulneráveis e reticentes em abordar certos tópicos em seu trabalho (Koirala, 2020). A discriminação de gênero nas indústrias de mídia também é um problema crítico na Suécia, onde minorias enfrentam barreiras significativas em termos de igualdade de oportunidades. Mulheres de origens étnicas e culturais diversas lidam com microagressões, estereótipos e discriminações que afetam negativamente seu progresso profissional (Kara, 2022).

Em Bangladesh, o estresse profissional é exacerbado pelo apoio inadequado da gestão, clima de trabalho inseguro e longas horas de trabalho, embora o assédio no local de trabalho seja considerado um determinante menos significativo de estresse comparado a outros fatores (Huda & Azad, 2015).

A desinformação e as reações adversas a comunicadores de ciência médica também representam riscos consideráveis, conforme discutido por Grimes et al. (2020). Esses autores estabeleceram uma taxonomia das experiências negativas comuns enfrentadas por comunicadores de ciência, sugerindo diretrizes para mitigação desses impactos.

A situação no Brasil reflete tendências globais de precarização do trabalho jornalístico, que foi agravada pela pandemia de Covid-19. Coqueiro et al. (2022) analisaram as agressões sofridas por jornalistas durante a pandemia, destacando a violência verbal de apoiadores do governo federal e o sofrimento psicológico resultante.

Reimberg (2015), utilizando a psicodinâmica do trabalho de Christophe Dejours, explorou o sofrimento e o prazer no jornalismo. A pesquisa qualitativa, com entrevistas semiabertas com 21 jornalistas, revelou que, apesar das condições adversas, muitos veem no jornalismo um propósito e um sentido para suas vidas. As dificuldades no trabalho, como os direitos trabalhistas, a pressão e o assédio moral, são contrastadas com os momentos de prazer, criatividade e autonomia, mostrando que, embora o sofrimento seja prevalente, há espaço para o prazer e o significado no trabalho jornalístico.

Lelo (2019) abordou as reestruturações produtivas no jornalismo, explorando como as mudanças tecnológicas e organizacionais impactam a identidade profissional dos jornalistas. A pesquisa revelou uma alta rotatividade e precarização dos jornalistas, a erosão dos princípios éticos em prol do lucro e a crescente feminização do setor, que agravou a precariedade laboral das comunicadoras. Em complemento, Deavours et al. (2023) discutiram a dissonância cognitiva enfrentada por jornalistas americanos ao lidar com o assédio do público nas mídias sociais, sugerindo a necessidade de uma mudança cultural na indústria. Já Nicoletti & Figaro (2023) exploraram a precarização do trabalho jornalístico no contexto da plataformização, revelando altos níveis de estresse e sobrecarga de trabalho entre os profissionais. Björkenfeldt (2023) complementaram essa discussão ao analisar as percepções dos jornalistas sobre a proteção legal contra assédio online, evidenciando a necessidade de recursos e prioridade no sistema jurídico para abordar eficazmente o problema.

Saati (2023) explorou as dificuldades enfrentadas pelos jornalistas cabo-verdianos, revelando que, apesar das garantias constitucionais de liberdade de expressão e imprensa, há limitações práticas significativas que restringem o jornalismo investigativo no país. As entrevistas com jornalistas cabo-verdianos destacaram a autocensura generalizada, a falta de financiamento e a interferência política como fatores que comprometem a capacidade dos jornalistas de exercerem plenamente seu papel de fiscalização e transparência, essencial para a democracia. Em consonância, Sampaio-Dias et al. (2024) investigaram o assédio online contra jornalistas mulheres em Portugal, destacando a insuficiência dos mecanismos de proteção e a carga emocional adicional que essas profissionais enfrentam.

Os estudos supracitados demonstram que, apesar de diferenças culturais e contextuais, há uma convergência na experiência de sofrimento e discriminação enfrentada por jornalistas ao redor do mundo. Diante desse panorama, torna-se imperativo realizar uma pesquisa abrangente sobre o assédio moral entre jornalistas, com enfoque nos fatores organizacionais e sociodemográficos que contribuem para sua prevalência. A análise dessas experiências é crucial para desenvolver estratégias eficazes de mitigação e apoio, promovendo um ambiente de trabalho mais seguro e saudável para os profissionais de jornalismo.

Desta forma, esta pesquisa busca preencher a lacuna no conhecimento sobre a saúde e as condições de trabalho dos jornalistas no Brasil. O presente estudo tem como objetivo principal descrever o perfil das condições de trabalho e a prevalência de problemas de saúde mental nessa população. Adicionalmente, visa caracterizar a percepção de demanda, controle e apoio social no trabalho, a prevalência de assédio moral e os níveis de satisfação no trabalho, bem como estimar a prevalência de sintomas de insônia, ansiedade, estresse, depressão e transtornos por uso de álcool, e descrever a capacidade para o trabalho desses profissionais. Ao prover um panorama detalhado desses aspectos, este estudo oferecerá uma base sólida para a compreensão das necessidades dessa categoria e para o desenvolvimento de estratégias que promovam um ambiente de trabalho mais saudável e seguro para os profissionais da imprensa.

2 Objetivos

2.1 Objetivo primário

- ◆ Descrever o perfil das condições de trabalho e a prevalência de problemas de saúde mental na população de jornalistas no Brasil.

2.2 Objetivos secundários

- ◆ Caracterizar a percepção de demanda, controle e apoio social no trabalho, bem como a prevalência de assédio moral e os níveis de satisfação no trabalho entre jornalistas brasileiros.
- ◆ Estimar a prevalência de sintomas de insônia, ansiedade, estresse e depressão, e de transtornos por uso de álcool na população de jornalistas brasileiros.
- ◆ Descrever a capacidade para o trabalho dos jornalistas brasileiros.

3 Materiais e métodos

3.1 Desenho do estudo

Foi realizado um estudo do tipo observacional transversal (Gordis, 2004), online, com jornalistas brasileiros afiliados à Federação Nacional dos Jornalistas (FENAJ) e jornalistas brasileiros convidados a participar do estudo por meio da técnica bola de neve.

3.2 Coleta de dados

A coleta de dados foi realizada online por meio de um formulário na plataforma Google. Os convites para participação na pesquisa foram enviados aos jornalistas brasileiros afiliados à FENAJ. O convite foi individualizado e enviado por e-mail, dessa forma, evitou-se a duplicidade de respostas. No convite, foi informado aos jornalistas, que os mesmos poderiam convidar colegas jornalistas brasileiros para participar do estudo, por meio do link de pesquisa encaminhado no e-mail.

A coleta de dados foi realizada no período de dezembro de 2024 a outubro de 2025. Antes de iniciar o preenchimento da pesquisa, todos os participantes do estudo leram o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido, conforme as normas do Comitê de Ética em Pesquisa e após a concordância do mesmo, iniciaram o preenchimento do instrumento de coleta de dados. Por meio deste documento, os jornalistas receberam todas as informações da pesquisa e declararam o caráter voluntário de sua participação.

3.3 População e amostra do estudo

A população-alvo deste estudo compreendeu jornalistas atuantes no Brasil. Com base nos dados da Federação Nacional dos Jornalistas (FENAJ), a estimativa da população de jornalistas registrados no país em 2023 era de aproximadamente 40.500 profissionais. A amostra do presente estudo foi composta por jornalistas convidados a participar da pesquisa. O recrutamento ocorreu mediante o envio de convites por e-mail a jornalistas afiliados à FENAJ. Adicionalmente, foi solicitado aos participantes convidar seus pares para a pesquisa, caracterizando assim a utilização de uma amostragem por conveniência e bola de neve (snowball sampling). Este método de amostragem não probabilística foi adotado devido à dificuldade de acesso a um censo completo e atualizado da população de jornalistas.

3.3.1 Critérios de inclusão

- Somente jornalistas que exerciam a profissão.
- Jornalistas residentes no Brasil e que exerciam a profissão no Brasil.

3.3.2 Critérios de exclusão

- Não ter formação universitária em jornalismo.

3.4 Variáveis do estudo

- Fatores sociodemográficos: raça, gênero, idade, estado civil, filhos,
- Fatores organizacionais: horário de trabalho, jornada de trabalho, contrato de trabalho, local de trabalho, número de vínculos de trabalho, cargo exercido, tempo de trabalho na profissão, prazos de trabalho, conteúdo/tema da reportagem, tipo de mídia,
- Consumo de álcool: Alcohol use disorders identification test (AUDIT) para avaliar os transtornos por uso de álcool. A tabulação das questões deve ser feita considerando as seguintes pontuações:
- Questão 1 (Frequência de consumo):

- Questão 1 (Frequência de consumo):

Nunca: 0 pontos

Mensalmente ou menos: 1 ponto

2 a 4 vezes por mês: 2 pontos

2 a 3 vezes por semana: 3 pontos

4 ou mais vezes por semana: 4 pontos

- Questão 2 (Quantidade típica de doses):

1 ou 2 doses: 0 pontos

3 ou 4 doses: 1 ponto

5 ou 6 doses: 2 pontos

7 a 9 doses: 3 pontos

10 ou mais doses: 4 pontos

- Questão 3 (Frequência de consumo de 6 ou mais doses):

Nunca: 0 pontos

Menos de uma vez por mês: 1 ponto

Mensalmente: 2 pontos

Semanalmente: 3 pontos

Diariamente ou quase diariamente: 4 pontos

Questões 4-8 (Frequência de vivência dos problemas/dependência):

Nunca: 0 pontos

Menos de uma vez por mês: 1 ponto

Mensalmente: 2 pontos

Semanalmente: 3 pontos

Diariamente ou quase diariamente: 4 pontos

- Questões 9-10 (Se alguém se preocupou/lesão):

Não: 0 pontos

Sim, mas não no último ano: 2 pontos

Sim, no último ano: 4 pontos

Para o cálculo do escore total, considera-se a soma dos pontos obtidos em todas as 10 questões, em que o escore mínimo é 0 (se todas as respostas forem 0 pontos) e o escore máximo é 40 (se todas as respostas forem 4 pontos).

O escore total do AUDIT é usado para classificar o nível de risco relacionado ao consumo de álcool. As categorias propostas pela OMS são:

0-7 pontos: Uso de baixo risco. O consumo de álcool do indivíduo está dentro dos limites de baixo risco.

8-15 pontos: Uso de risco. O consumo de álcool é problemático e pode estar colocando a saúde em risco. Intervenção breve e aconselhamento são recomendados.

16-19 pontos: Uso nocivo. O consumo de álcool já está causando danos à saúde física ou mental. Aconselhamento e, possivelmente, uma avaliação mais aprofundada são indicados.

20-40 pontos: Provável dependência de álcool. Alta probabilidade de dependência de álcool. Requer avaliação diagnóstica e tratamento especializado (Moretti-Pires & Corradi-Webster, 2011).

- Índice de Capacidade para o Trabalho – ICT: o Instituto Finlandês de Saúde Ocupacional (FIOH) desenvolveu uma ferramenta para avaliação do índice de capacidade para o trabalho (ICT) na década de 80, sendo traduzido para o português por Tuomi et al. e validado por (Martinez et al., 2009). Esse método tem como objetivo avaliar a capacidade física e mental dos trabalhadores, podendo identificar por meio da pontuação do questionário, aspectos que indicam precocemente baixa capacidade para o trabalho, de forma que possa ser restaurada visando melhorar a qualidade no trabalho, na saúde e na vida do trabalhador.

O ICT fornece um escore que varia de sete a quarenta e nove pontos e é composto por sete dimensões, de acordo com o proposto originalmente por:

- 1 Capacidade para o trabalho atual: comparada com a melhor capacidade para o trabalho de toda a vida: escore de zero a dez pontos, conforme assinalado pelo participante;

- 2 Capacidade para o trabalho em relação às exigências do trabalho: esta seção é composta de duas perguntas, uma sobre capacidade física para o trabalho e outra sobre capacidade mental. Ambas as questões apresentam escalas que variam de muito baixa (1 ponto) até muito boa (5 pontos). Para o cálculo do escore é considerada a média ponderada das duas questões. O pesquisador pode atribuir diferentes pesos às capacidades físicas e mentais de acordo com a natureza do trabalho compondo um escore de zero a dez pontos;
- 3 Número atual de doenças diagnosticadas por médico: a partir de uma lista de cinquenta e uma doenças, é composto um escore variando de um a sete pontos. Para o cálculo, considera-se a seguinte distribuição de pontuação:
Nenhuma doença – 7 pontos
Uma doença – 5 pontos
Duas doenças – 4 pontos
Três doenças – 3 pontos
Quatro doenças – 2 pontos
Cinco doenças ou mais – 1 ponto;
- 4 Perda estimada da capacidade para o trabalho devido às doenças: questão de múltipla escolha na qual o participante pode marcar mais de uma alternativa. A escala apresentada varia de 1 ponto (Na minha opinião, estou totalmente incapacitado para trabalhar) a 6 pontos (Não há impedimento/eu não tenho doenças). Quando o participante assinala mais de uma alternativa, para o cálculo do índice é considerado o de menor valor;
- 5 Faltas ao trabalho por motivo de doenças nos últimos doze meses:
Nenhuma – 5 pontos
Até 9 dias – 4 pontos
De 10 a 24 dias – 3 pontos
De 25 a 99 dias – 2 pontos
De 100 a 365 dias – 1 ponto;
- 6 Prognóstico próprio sobre a capacidade para o trabalho para os próximos dois anos: a questão apresentava três alternativas: é improvável (1 ponto), não estou muito certo (4 pontos) e bastante provável (7 pontos);

- 7 Recursos mentais: este item refere-se a vida em geral, tanto no trabalho quanto no tempo livre. A seção apresenta três questões sobre o tema, com escalas que vão de zero pontos (nunca) até 4 pontos (sempre). Antes de ser incluída no escore do Índice de Capacidade para o Trabalho, deve-se primeiro somar as três questões da seção e considerar os valores conforme descrito a seguir:
- Soma 0 a 3 – 1 ponto
 - Soma 4 a 6 – 2 pontos
 - Soma 7 a 9 – 3 pontos
 - Soma 10 a 12 – 4 pontos.

A partir dos escores obtidos, o ICT é classificado em: ICT Baixo (baixa capacidade para o trabalho) – 7 a 27 pontos, ICT Moderado (capacidade moderada para o trabalho) – 28 a 36 pontos, ICT Bom (boa capacidade para o trabalho) – 37 a 43 pontos, e ICT Ótimo (ótima capacidade para o trabalho) – 44 a 49 pontos (Martinez et al., 2009).

- Escala de Satisfação no Trabalho – OSI: O Occupational Stress Indicator – OSI foi desenvolvido em 1988, sendo validado por Robertson et al. (1990). O OSI foi traduzido e validado para o português por Swan et al. (1993), sendo dividido em seis escalas independentes. Essas escalas são: fonte de estresse, estratégia de enfrentamento, comportamento tipo A, satisfação no trabalho, saúde física e mental.

A escala de satisfação no trabalho do OSI mensura a satisfação no trabalho, utilizando 22 diferentes aspectos psicossociais do trabalho por meio de escala de Likert de seis pontos, sendo:

- 1 enorme insatisfação,
- 2 muita insatisfação,
- 3 alguma insatisfação,
- 4 alguma satisfação,
- 5 muita satisfação e
- 6 enorme satisfação.

O escore que varia de 22 a 132 pontos, em que não há um ponto de corte definido e nem divisão em categorias (Swan et al., 1993).

- Sintomas de insônia: serão avaliados por meio de sete questões do questionário de sono de Karolinska, proposto por Nordin et al. (2013). As questões abordadas foram: “dificuldades para adormecer”, “acordou diversas vezes e teve dificuldades para dormir”, “acordou antes do necessário (despertar precoce)”, “sono agitado/perturbado”, “dificuldades para acordar”, “sensação de estar exausto ao acordar” e “sentiu-se cansado quando acordou”.

Nessas sete questões os / as participantes responderam conforme a frequência de acontecimentos de cada evento: “nunca”, “raramente (ocasionalmente)”, “às vezes (algumas vezes por mês)”, “muitas vezes (1-2 vezes por semana)”, “frequentemente (3-4 vezes por semana)” e “sempre (5 ou mais vezes por semana)”. Foi classificado como positivo para sintomas de insônia quem apresentou pelo menos um dos sete sintomas, três vezes por semana ou mais (Nordin et al., 2013).

- Demanda, Controle e Apoio Social: o “Job stress scale” é um instrumento elaborado por Theorell, a partir do questionário de Karasek. A adaptação para o português foi realizada por Guimarães et al. (2004). O questionário é composto de 17 questões de múltipla escolha, sendo subdividido em três escalas: demanda de trabalho (5 questões), controle no trabalho (6 questões) e apoio que o trabalhador tem em seu local de trabalho (6 questões), com uma pontuação que varia de 1 a 4 pontos conforme a questão.

Entre as perguntas que avaliam demanda, quatro referem-se a aspectos quantitativos, como tempo e velocidade para a realização do trabalho, e uma pergunta avalia o aspecto predominantemente qualitativo do processo de trabalho, relacionado ao conflito entre diferentes demandas. Dentre as seis questões referentes ao controle, quatro referem-se ao uso e desenvolvimento de habilidades, e duas à autoridade para a tomada de decisão sobre o processo de trabalho. Para ambas as dimensões, as opções de resposta são apresentadas em uma escala Likert (1-4), variando entre “frequentemente” e “nunca/quase nunca”. O bloco referente ao apoio social contém seis questões sobre as relações com colegas e supervisores, com quatro opções de resposta em escala Likert (1-4), variando entre “concordo totalmente” e “discordo totalmente” (Guimarães et al., 2004).

Segundo este modelo, foi classificado como alta demanda escores maiores que a mediana da demanda do grupo, e baixa demanda escores iguais e menores que a mediana. Para classificação do controle no trabalho, escores maiores que a mediana foram classificados com alto controle e escores iguais e menores que a mediana, como baixo controle. Com base na alocação de “Alto” ou “Baixo” para Demanda e Controle, cada participante foi classificado em um dos quatro quadrantes: 1. Alto Desgaste (Alta Demanda e Baixo Controle), 2. Trabalho Ativo (Alta Demanda e Alto Controle), 3. Trabalho Passivo (Baixa Demanda e Baixo Controle), e 4. Baixo Desgaste (Baixa Demanda e Alto Controle).

A terceira dimensão do modelo, o apoio social no ambiente de trabalho, é definido como os níveis de interação social no trabalho, tanto com colegas quanto com supervisores. A escassez de apoio social também pode gerar consequências negativas à saúde. A classificação também é realizada pela mediana, em que valores iguais ou menores que a mediana são categorizados como baixo apoio social e valores maiores como alto apoio social (Guimarães et al., 2004).

- Sintomas dos transtornos mentais: a escala de Depressão, Ansiedade e Estresse (DASS-21) foi validada para o Brasil por Vignola & Tucci (2014), e os itens se dividem em três fatores (Depressão: itens 3, 5, 10, 13, 16, 17, 21; Ansiedade: itens 2, 4, 7, 9, 15, 19, 20; Estresse: itens 1, 6, 8, 11, 12, 14, 18). Na escala DASS-21, os participantes indicam a intensidade com que experimentaram cada um dos sintomas descritos nos itens durante a última semana (semana anterior), utilizando uma escala Likert de 4 pontos, variando de 0 (não se aplica a mim) a 3 (aplica-se muito a mim, ou a maior parte do tempo). Para a pontuação final, os valores de cada subescala foram somados e multiplicados por dois para corresponder à pontuação da escala original (DASS-42). A classificação dos sintomas de estresse foi: 0-10 = normal; 11-18 = leve; 19-26 moderado; 27-34 = severo e 35-42 = extremamente severo. A classificação dos sintomas de ansiedade foi: 0-6 normal; 7-9 = leve; 10-14 = moderado; 15-19 = severo e 20-42 extremamente severo. A classificação dos sintomas de depressão foi: 0-9 = normal; 10-12 = leve; 13-20 = moderada; 21-27 = severo e 28-42 = extremamente severo (AL SAADI et al., 2017).

- Assédio moral no trabalho: foi utilizado o questionário Atitudes Negativas no Trabalho (Negative Acts Questionnaire Revised – NAQ-R) para identificação da prevalência de assédio moral no trabalho. A versão brasileira foi validada por Maciel e Gonçalves (2008) e suas características psicométricas foram avaliadas por Silva e colaboradores (2017) em amostra de servidores estaduais da saúde. Os participantes da pesquisa responderam com qual frequência foram expostos às 22 atitudes negativas no trabalho, com as opções de assinalar: “nunca”, “de vez em quando”, “mensalmente”, “semanalmente” e “diariamente”.

Segundo o critério operacional proposto por Leymann (1996), considera-se a ocorrência de assédio quando a pessoa exposta relata a vivência de pelo menos um comportamento negativo com frequência semanal ou diária, ao longo de um período mínimo de seis meses. No entanto, há autores que defendem um parâmetro mais restritivo, recomendando que sejam contabilizados dois ou mais comportamentos negativos, conforme a proposição de Mikkelsen e Einarsen (2001). No presente estudo, apresentaremos as duas prevalências.

- Escala de Avaliação do Cyberbullying das vítimas: para identificação de cyberbullying, foi utilizada a Escala de Avaliação do Cyberbullying (EAC), desenvolvida por Beluce em 2019 e validada por Oliveira e colaboradores (2023). O instrumento avalia três categorias: das vítimas, dos agressores e dos retaliadores. Neste estudo foram utilizadas as 15 questões para identificar vítimas, para as quais os participantes poderiam responder entre as opções “sim” e “não”. Foi identificado como ocorrência de cyberbullying participantes que responderam “sim” em pelo menos uma das questões (Beluce et al., 2019).

3.5 Análise de dados

Inicialmente foi realizada a correção do banco de dados, de forma a eliminar erros de consistência em função de erros de codificação ou de digitação das respostas. O tratamento dos dados incluiu a descrição do perfil da população estudada por meio de frequências simples e relativas, e de medidas centrais e de dispersão das variáveis do estudo. As análises estatísticas foram realizadas no software livre Jamovi.

3.6 Aspectos éticos

As questões éticas relacionadas à pesquisa com a participação de seres humanos foram devidamente respeitadas e o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido - TCLE para os participantes foi redigido tendo em vista a Resolução CNS 466/2012. Foi garantido o sigilo absoluto referente aos dados de identificação dos entrevistados e que a participação nesta pesquisa era voluntária.

Os participantes foram informados de que poderiam abandonar o estudo a qualquer momento e a participação foi condicionada à leitura e concordância do TCLE.

4 Resultados

4.1 Características sociodemográficas

A Tabela 1 apresenta a distribuição das características sociodemográficas da amostra de jornalistas brasileiros pesquisados (n=257). Observou-se a predominância de mulheres cisgênero (62,3%), com uma idade média de 44,4 anos (DP 13,6 anos). Em relação à etnia, a maioria dos participantes autodeclarou-se branca (67,7%), seguida por preta (16,3%). Quanto ao estado conjugal, a amostra se divide quase igualmente entre casados(as)/com companheiro(a) (44,7%) e solteiros(as) (41,6%).

No perfil educacional, destaca-se que 32,7% possuem especialização completa, enquanto 39,2% possuem até a graduação. A distribuição da renda familiar líquida concentrou-se nas faixas de R\$ 5.001,00 a R\$ 10.000,00 (40,1%) e acima de R\$ 10.000,00 (31,9%), com uma média de 1,9 pessoas contribuindo para a renda familiar. A maioria dos participantes (70,4%) não possui crianças/adolescentes residindo no domicílio (Tabela 1).

Tabela 1 A Características sociodemográficas dos jornalistas brasileiros (n=257)

Variáveis	n	%
Idade média (em anos)	44,4 (DP 13,6)	
Identidade de gênero		
Homem cisgênero	93	36,2
Mulher cisgênero	160	62,3
Não binária	1	0,4
Prefiro não responder	3	1,2
Etnia autodeclarada		
Amarela	2	0,8
Branca	174	67,7
Desconhecida	19	7,4
Indígena	6	2,3
Não quero responder	3	1,2
Parda	11	4,3
Preta	42	16,3
Estado conjugal		
Casado(a) / Vive com companheiro(a)	115	44,7
Separado(a) / Divorciado(a)	33	12,8
Solteiro(a)	107	41,6
Viúvo(a)	2	0,8
Grau de escolaridade		
Até graduação	101	39,2
Especialização incompleta	20	7,8
Especialização completa	84	32,7
Mestrado incompleto	13	5,1
Mestrado completo	20	7,8
Doutorado incompleto	8	3,1
Doutorado completo	11	4,3
Renda familiar líquida aproximada		
Até R\$1.000,00	2	0,8
Entre R\$1.001,00 e 3.000,00	17	6,6
Entre R\$3.001,00 e 5.000,00	47	18,3
Entre R\$5.001,00 e 10.000,00	103	40,1
Mais de R\$10.000,00	82	31,9
Não sei / Não quero responder	6	2,3
Número médio de pessoas que contribuem para a renda familiar	1,9 (DP 1,0)	
Número médio de pessoas que residem com o pesquisado (incluindo o pesquisado)	2,6 (DP 1,3)	
Número de crianças/adolescentes que moram com o pesquisado		
Nenhum	181	70,4
1	56	21,8
2	16	6,2
3	3	1,2
4	1	0,4

4.2 Características ocupacionais

A Tabela 2 detalha as características ocupacionais dos jornalistas pesquisados. O tempo médio de atuação como jornalista na amostra era de 18,6 anos (DP 12,3 anos), indicando uma população com experiência considerável. Quanto ao regime de trabalho, observa-se que quase metade dos jornalistas (49,8%) atuava em turnos matutino e vespertino, e a maioria (57,2%) trabalhava em horários regulares (fixos).

A carga horária de trabalho semanal mais prevalente situava-se entre 40 e 60 horas (51,4%). O tipo de contrato de trabalho predominante foi CLT (42,8%), seguido por autônomo/PJ (40,5%). O local de trabalho mais comum foi na empresa (58,0%), e a média de vínculos empregatícios atuais era de 1,4 (DP 0,8), com 41,1% possuindo tempo de trabalho em segundo emprego entre 1-5 anos (Tabela 2).

Tabela 2 Características ocupacionais dos jornalistas brasileiros (n=257)

Variáveis	n	%
Tempo médio que trabalha como jornalista	18,6 (DP 12,3)	
Turno de trabalho		
Matutino	40	15,6
Vespertino	42	16,3
Noturno	5	1,9
Matutino e Vespertino	128	49,8
Matutino e Noturno	6	2,3
Vespertino e Noturno	8	3,1
Matutino, Vespertino e Noturno	28	10,9
Na maior parte do tempo, trabalha em horários:		
Irregulares (não tem horário fixo de trabalho, trabalha de acordo com a demanda)	110	42,8
Regulares (trabalha em horário fixo)	147	57,2
Carga horária de trabalho semanal		
Até 40 horas	113	44,0
Entre 40 e 60 horas	132	51,4
Mais de 60 horas	12	4,7
Tipo de contrato de trabalho		
Autônomo / PJ	104	40,5
Bolsista	3	1,2
CLT	110	42,8
Cargo comissionado	18	7,0
Estatutário	22	8,6
Qual local trabalha na maior parte do tempo		
Em casa	76	29,6
Espaço coworking	3	1,2
Na rua	8	3,1
Misto (em casa e na rua)	7	2,7
Na empresa	149	58,0
Não está trabalhando	1	0,4
Não tem espaço definido	13	5,1
Número médio de vínculos empregatícios atuais (n=251)	1,4 (DP 0,8)	
Tempo médio que trabalho em mais de um local (n=65)	8,5 (DP 8,5)	
Tempo de trabalho no segundo emprego (n=73)		
Menos de 1 ano	8	11,0
1-5 anos	30	41,1
6-10 anos	23	31,5
11-20 anos	7	9,6
Mais de 20 anos	5	6,8

A função de assessor(a) de imprensa e outras destaca-se como a função mais prevalente exercida pelos jornalistas da amostra, sendo exercida por 38,6% dos participantes. Outras funções significativas incluem editor(a) (7%) e editor(a) e outras (8,2%). As demais funções, como repórter, assessor(a) de comunicação, assessor(a) de imprensa e jornalista especializado(a), aparecem com menor frequência, refletindo uma diversidade de atuação, porém com maior concentração em papéis de assessoria e edição (Tabela 3).

Tabela 3 Função exercida pelos jornalistas brasileiros (n=257)

Funções	n	%
Assessor de comunicação	4	1,6
Assessor de imprensa	28	10,8
Assessor de imprensa e outras	100	38,6
Assistente administrativo	1	0,4
Assistente de marketing	1	0,4
Chegador(a) de fatos e outros	9	3,5
Chefe de reportagem	1	0,4
Chefe de reportagem e outros	3	1,2
Correspondente internacional e outros	2	0,8
Diretor(a) de redação e outros	3	1,2
Editor(a)	18	7
Editor(a) e outros	21	8,2
Fotojornalista	3	1,2
Fotojornalista e outros	4	1,6
Freelancer	2	0,8
Freelancer e outros	6	2,3
Jornalista especializado(a)	3	1,2
Jornalista especializado(a) e outros	6	2,3
Outras	14	5,4
Pesquisador	1	0,4
Produtor(a) de conteúdo	2	0,8
Produtor(a) de conteúdo e outros	3	1,2
Produtor(a) de reportagem	2	0,8
Produtor(a) de reportagem e outros	2	0,8
Professor(a)	2	0,8
Redator(a)	3	1,2
Redator(a) e outros	1	0,4
Repórter	9	3,5
Repórter e outros	3	1,2

Fica evidente que a vasta maioria dos jornalistas (75,6%) reporta trabalhar com temas diversos, o que pode indicar uma atuação multifacetada ou não especializada em um único campo. Entre os temas específicos, Política (7,4%), Economia (1,9%) e Saúde (1,9%) são os mais citados individualmente, embora com proporções relativamente baixas. Os demais temas, como Agronegócio, Assistência Social, Saúde e Tecnologia, são reportados por uma pequena parcela dos participantes, ressaltando a predominância de pautas variadas ou a não especialização temática no trabalho da amostra (Tabela 4).

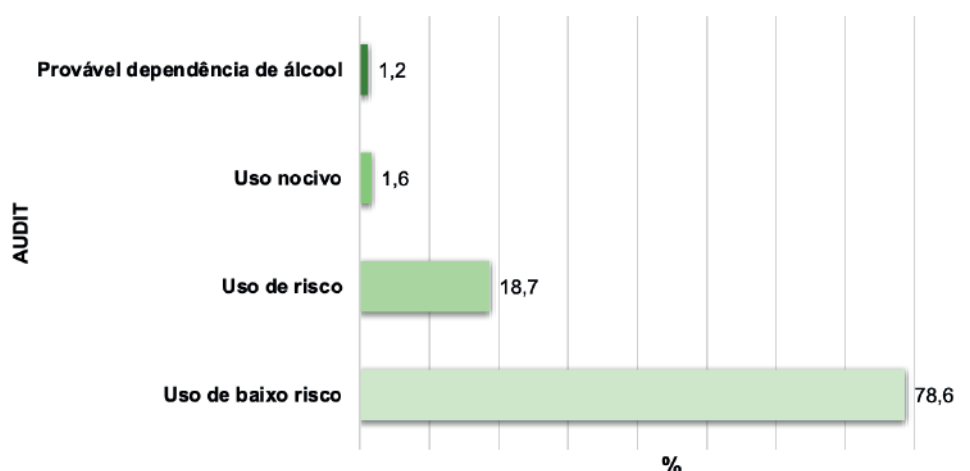
Tabela 4 Tema jornalístico de trabalho dos jornalistas brasileiros (n=257)

Temas	n	%
Agronegócio	2	0,8
Assistência Social	1	0,4
Cidades	1	0,4
Científico	1	0,4
Comunicação Comunitária em rádio	1	0,4
Controle interno	1	0,4
Economia	5	1,9
Educação	4	1,6
Esportivo	4	1,6
Ferrovia	1	0,4
Gastronomia	1	0,4
Institucional	1	0,4
Jurídico	4	1,6
Meio Ambiente	2	0,8
Policia	2	0,8
Política	19	7,4
Previdência	1	0,4
Saúde	5	1,9
Sindical	1	0,4
Tecnologia	3	1,2
Temas diversos	195	75,6
Turismo	1	0,4
Violência	1	0,4

4.3 Consumo de álcool (AUDIT)

A maioria dos participantes (78,6%) demonstrou uso de álcool de baixo risco. Contudo, uma proporção de 18,7% foi classificada em uso de risco. Em conjunto, 21,5% da amostra reporta um padrão de consumo de álcool que se enquadra nas categorias de risco ou superior. O escore médio do AUDIT na amostra foi de 4,8 (DP 4,9), corroborando a prevalência majoritária de baixo risco, mas evidenciando uma parcela relevante que necessita de atenção para padrões de consumo de risco (Figura 1).

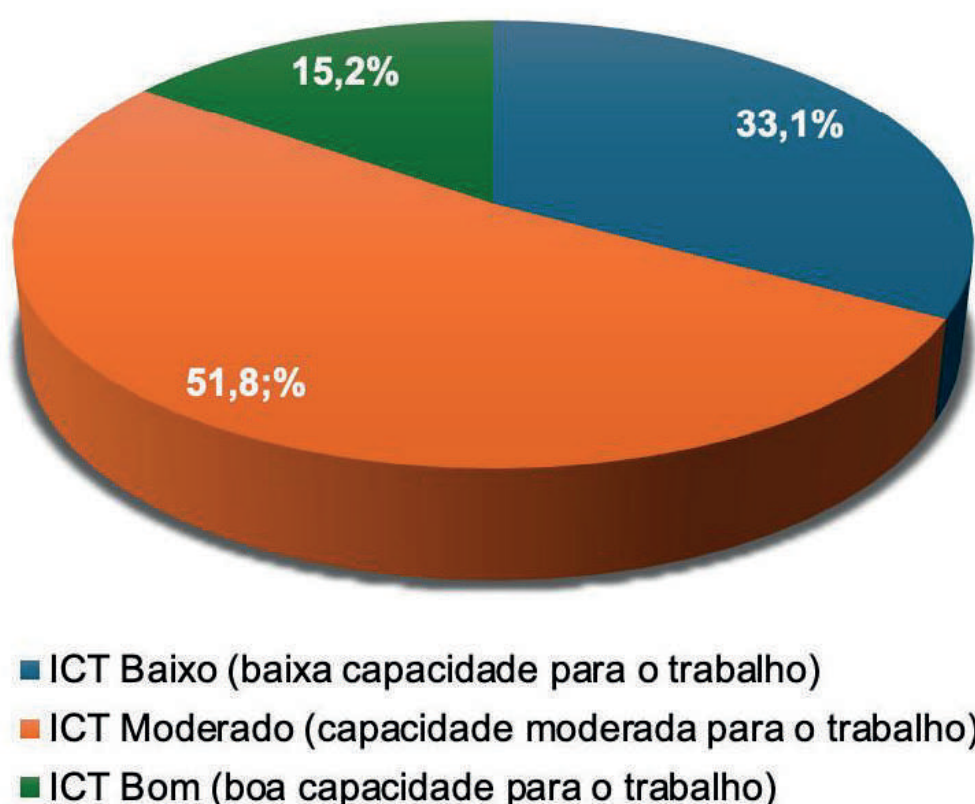
Figura 1 Consumo de álcool (AUDIT) dos jornalistas brasileiros (n=257)



4.4 Índice de capacidade para o trabalho

Na Figura 2 visualiza-se a distribuição dos jornalistas de acordo com seu Índice de Capacidade para o Trabalho (ICT). Os resultados indicam que a maioria dos profissionais (51,8%) possuía capacidade moderada para o trabalho, enquanto 33,1% demonstravam baixa capacidade. Destaca-se que nenhum jornalista foi classificado como tendo ótima capacidade para o trabalho. O escore médio geral do ICT na amostra foi de 30,2 (DP 6,4), o que, em seu contexto de avaliação, reflete uma capacidade funcional que se inclina para o nível moderado.

Figura 2 Índice de Capacidade do Trabalho (ICT) dos jornalistas brasileiros (n=257)



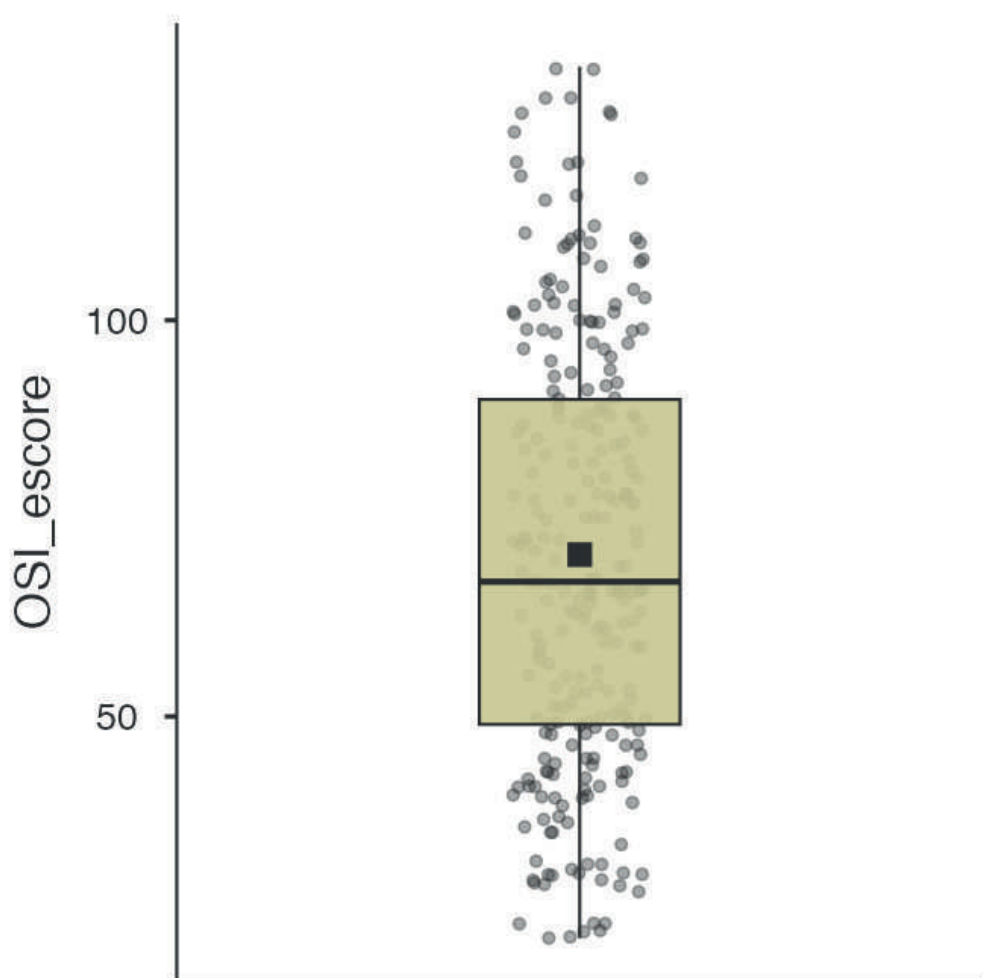
4.5 Satisfação no trabalho

A avaliação da satisfação global no trabalho, por meio do OSI, revelou na amostra de 257 jornalistas uma média de 70,4 pontos (DP 26,9), com mediana de 67 pontos, escore mínimo de 22 e máximo de 132. Considerando que o ponto médio teórico desta escala é de 77 pontos, a média observada de 70,4 pontos e, especialmente, a mediana de 67 pontos (que representa o valor central da distribuição), sugerem que a percepção de satisfação no trabalho na amostra tende a situar-se na metade inferior da escala, abaixo de um nível neutro/equilibrado. O fato de a mediana ser inferior à média (67 vs. 70,4) indica uma leve assimetria na distribuição dos escores, com a maioria dos jornalistas reportando satisfação mais próxima do limite inferior da escala, embora alguns escores mais elevados contribuam para a média.

Não obstante, o elevado desvio-padrão de 26,9 pontos, que abrange uma proporção significativa da amplitude total da escala (110 pontos), evidencia uma acentuada heterogeneidade nas respostas. Este alto valor de dispersão, somado à observação de escores cobrindo toda a faixa possível da escala (de 22 a 132), sinaliza a coexistência de subgrupos com níveis muito distintos de satisfação no trabalho, desde os menos satisfeitos até os mais satisfeitos.

Dada a ausência de pontos de corte definidos ou categorização predefinida pela escala (Swan et al., 1993), não é possível classificar os jornalistas em níveis específicos de satisfação (e.g., baixo, moderado, alto). Contudo, os dados apontam para uma realidade multifacetada, onde a satisfação no trabalho é heterogênea e, para a maioria, se posiciona abaixo de um nível considerado neutro.

Figura 3 Valores médio, mediana, mínimo e máximo da satisfação no trabalho (OSI) dos jornalistas brasileiros (n=257)

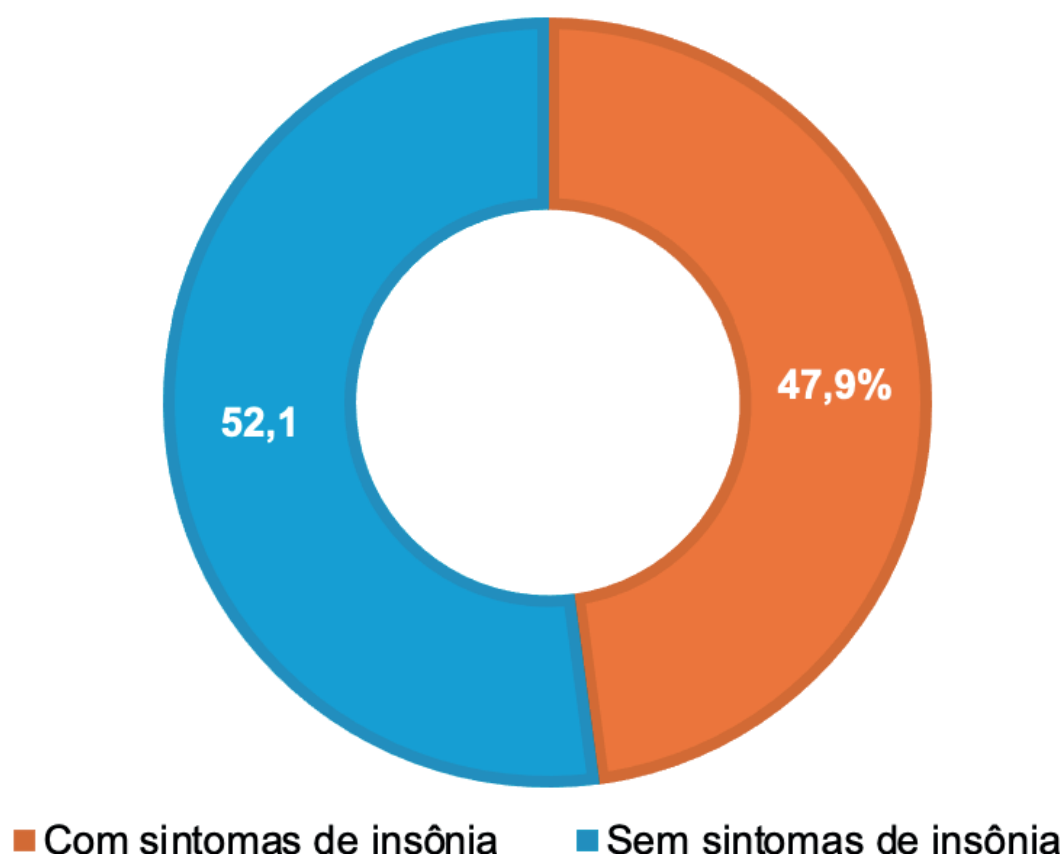


Nota: Escore médio: 70,4 pontos (DP 26,9), Mediana: 67 pontos, Valor mínimo: 22 pontos, Valor máximo: 132 pontos.

4.6 Sintomas de insônia

Quase metade dos participantes (47,9%) reportou sintomas de insônia. O escore médio de sintomas de insônia na amostra foi de 2,1 sintomas (DP 2,7).

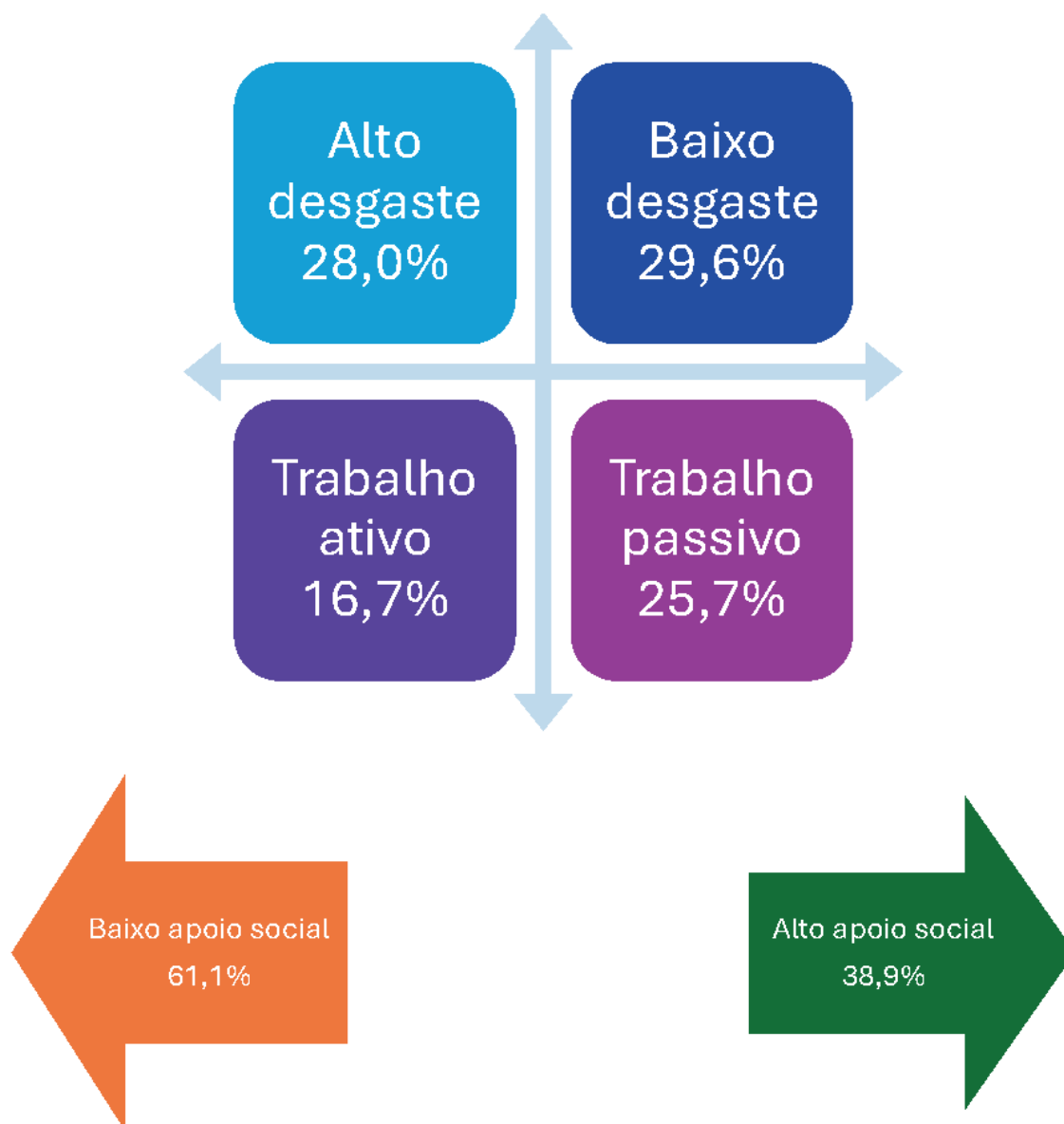
Figura 4 Sintomas de insônia dos jornalistas brasileiros (n=257)



4.7 Demanda, controle e apoio social no trabalho

A Figura 5 ilustra a distribuição dos jornalistas brasileiros nos quadrantes do modelo Demanda-Controle de Karasek, bem como a percepção de apoio social no trabalho. A análise revelou que uma grande proporção dos jornalistas se encontrava no quadrante de Alto desgaste (28,0%), caracterizado por alta demanda psicológica e baixo controle sobre o trabalho. Quanto ao Apoio Social, a maioria dos participantes (61,1%) percebeu baixo apoio social no ambiente de trabalho. Destaca-se que os escores médios para Demanda, Controle e Apoio Social foram de 9,5 (DP 2,5), 12,5 (DP 2,8) e 11,8 (DP 3,7), respectivamente.

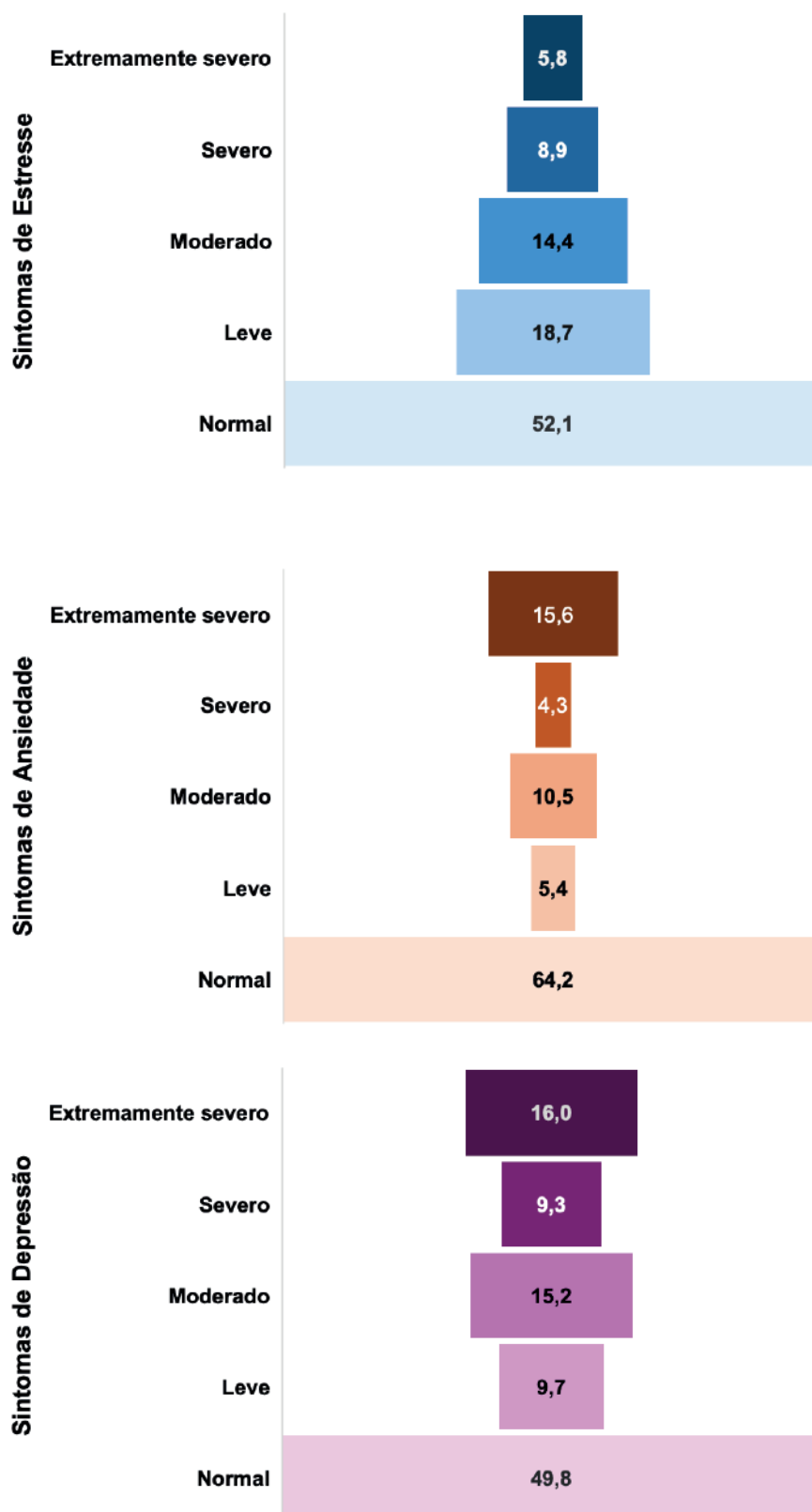
Figura 5 Demanda e controle no trabalho / apoio social no trabalho dos jornalistas brasileiros (n=257)



4.8 Sintomas de estresse, ansiedade e depressão

A Figura 6 ilustra a prevalência de sintomas de estresse, ansiedade e depressão entre os jornalistas brasileiros, categorizados por níveis de severidade. Observa-se que uma parcela considerável da amostra reportou algum nível de sintomatologia. Para o Estresse, 47,8% dos jornalistas apresentavam sintomas (desde leve a extremamente severo), com 5,8% em nível extremamente severo e um escore médio de 13,2 (DP 11,4). Em relação à Ansiedade, 35,8% reportaram sintomas, destacando-se 15,6% em nível extremamente severo, com escore médio de 8,2 (DP 10,1). Por fim, 50,2% dos participantes apresentavam sintomas de Depressão, com 16,0% no nível extremamente severo e escore médio de 12,9 (DP 12,6). Estes achados ressaltam a elevada prevalência de sintomas de saúde mental na amostra estudada, particularmente a proporção de casos de ansiedade e depressão em níveis de severidade mais elevados.

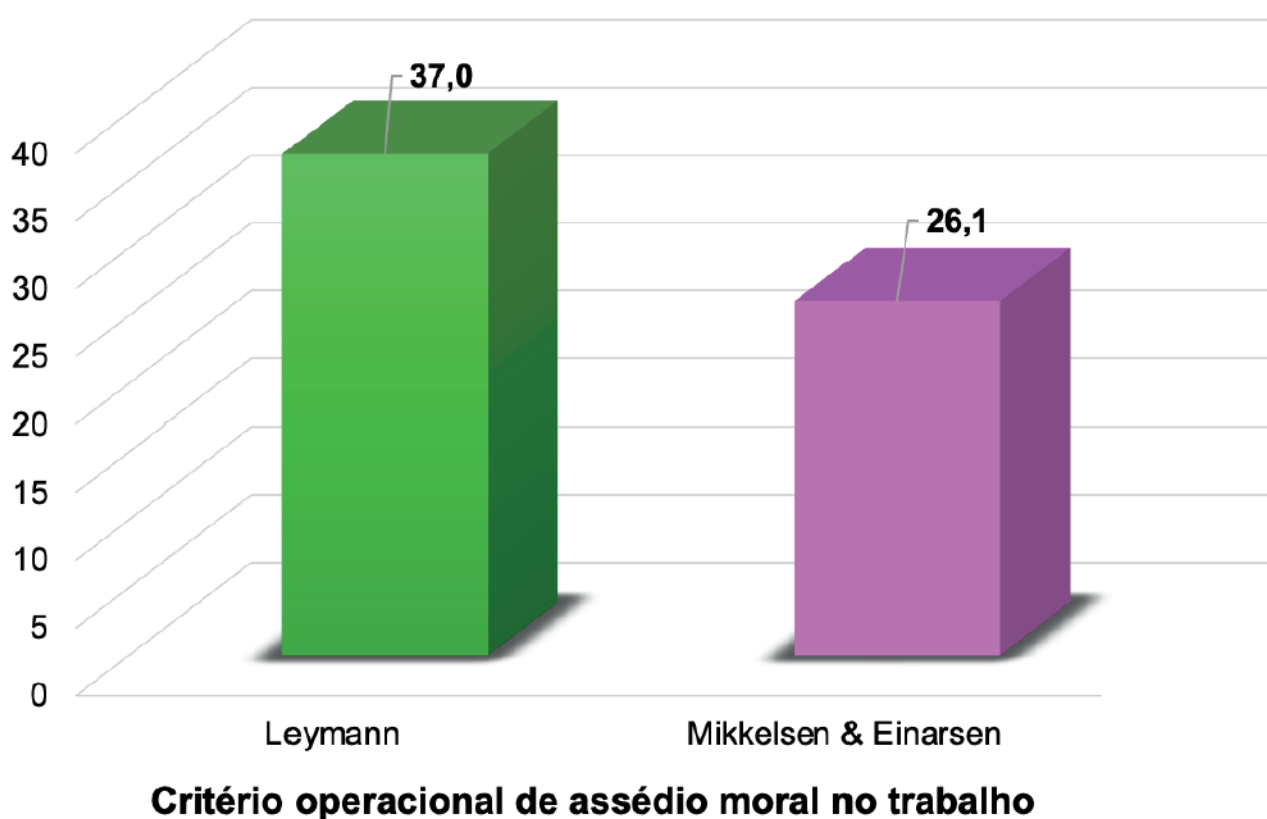
Figura 6 Sintomas de estresse, ansiedade e depressão dos jornalistas brasileiros (n=257)



4.9 Assédio no trabalho

A prevalência do assédio moral no trabalho entre os jornalistas brasileiros foi avaliada por dois critérios operacionais distintos. De acordo com o critério de Leymann, observa-se que 37,0% dos jornalistas reportaram experiências de assédio moral. Por outro lado, utilizando o critério de Mikkelsen & Einarsen, a prevalência de assédio moral foi de 26,1% na mesma amostra. A diferença na magnitude das prevalências entre os dois critérios operacionais foi de 10,9%, em que Leymann considera a ocorrência de assédio quando a pessoa exposta relata a vivência de pelo menos um comportamento negativo com frequência semanal ou diária e Mikkelsen & Einarsen de pelo menos dois eventos. Ambos os critérios revelam que uma parcela substancial dos jornalistas está exposta a situações de assédio moral em seu ambiente de trabalho.

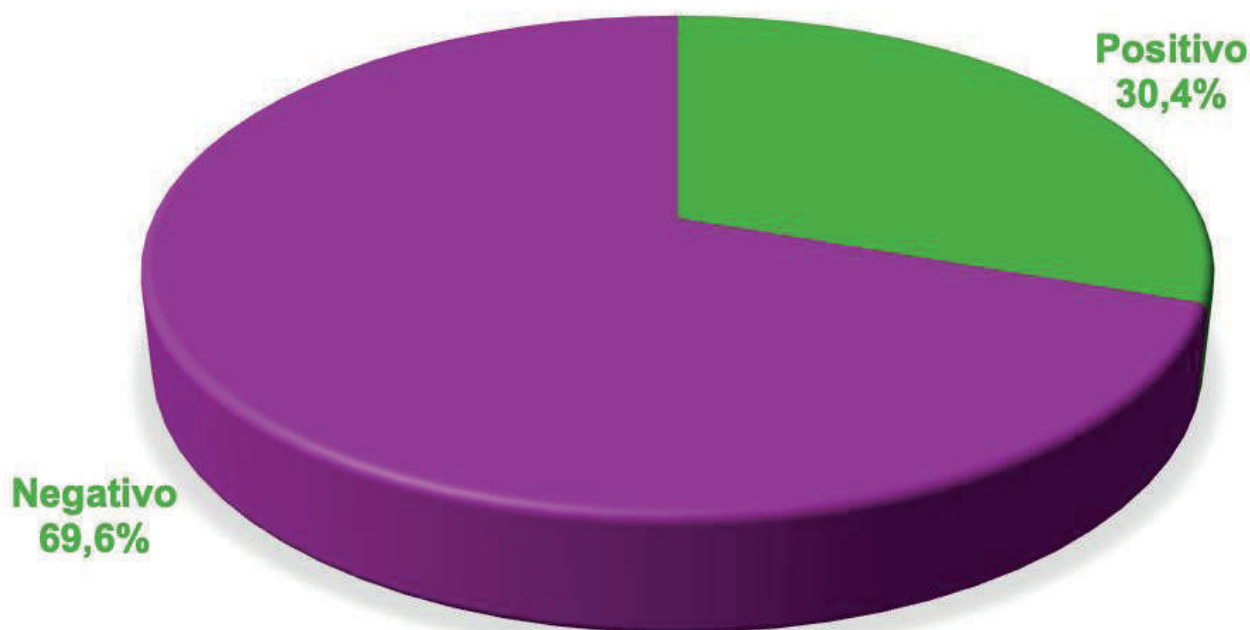
Figura 7 Prevalência do assédio moral no trabalho de acordo com os critérios operacionais de Leymann e Mikkelsen & Einarsen dos jornalistas brasileiros (n=257)



4.10 Cyberbullying

Os dados revelam que uma proporção significativa dos participantes reportou ter sido vítima de cyberbullying (30,4%). Este achado sublinha que o cyberbullying representa um desafio relevante na saúde e bem-estar dos jornalistas, afetando quase um terço da amostra estudada. A prevalência observada indica a necessidade de atenção a esta forma de violência online, que pode ter implicações importantes para o ambiente de trabalho e a saúde mental dos profissionais da imprensa.

Figura 8 Prevalência de cyberbullying entre jornalistas brasileiros (n=257)



5 Considerações finais

O presente relatório técnico oferece uma visão abrangente e atualizada das condições de trabalho e da saúde mental dos jornalistas no Brasil, preenchendo uma lacuna significativa na literatura nacional. Os achados sublinham a complexidade e os desafios inerentes a essa profissão, revelando um panorama que demanda atenção imediata e estratégias multifacetadas para a promoção da saúde e bem-estar desta categoria profissional.

5.1 Violência e assédio no ambiente de trabalho e digital

A prevalência de assédio moral no trabalho, variando de 26,1% a 37,0% dependendo do critério operacional, e de cyberbullying (30,4%), representa um dos achados mais críticos deste estudo. Esses percentuais elevados indicam que uma parcela substancial dos jornalistas brasileiros está exposta a formas de violência psicossocial, tanto no ambiente físico quanto no digital. O assédio compromete diretamente a saúde mental dos profissionais, a qualidade do trabalho jornalístico e a integridade da profissão.

A normalização ou subnotificação do assédio cria um ambiente de trabalho tóxico, impactando a produtividade, a retenção de talentos e a liberdade de expressão. Assim, é imperativo que as organizações de mídia, sindicatos e associações profissionais implementem políticas claras de prevenção e combate ao assédio, incluindo canais de denúncia seguros e eficazes, suporte psicossocial às vítimas e programas de educação sobre ética e respeito no ambiente de trabalho. A temática do cyberbullying exige, adicionalmente, o desenvolvimento de estratégias de segurança digital e letramento para jornalistas.

5.2 Estresse ocupacional e recursos psicossociais no trabalho

A análise do estresse ocupacional segundo o modelo Demanda-Controle de Karasek revelou que uma proporção significativa da amostra está em situações de Alto Desgaste (28%), caracterizada por alta demanda e baixo controle no trabalho, que é o cenário de maior risco psicossocial. Adicionalmente, a maioria dos jornalistas (61,1%) percebe baixo apoio social no trabalho.

A combinação de alta demanda, baixo controle e apoio social insuficiente cria um terreno fértil para o desenvolvimento de exaustão profissional (burnout), transtornos mentais e impactos negativos na qualidade de vida e na capacidade para o trabalho. As empresas de mídia devem revisar a organização do trabalho para otimizar as demandas e aumentar o controle e a autonomia dos jornalistas sobre suas tarefas e processos. O investimento em culturas organizacionais que promovam o apoio social entre colegas e com a liderança é fundamental. Estudos futuros poderiam investigar a efetividade de intervenções que visem aprimorar o controle sobre o trabalho e o apoio social, bem como analisar longitudinalmente a trajetória de jornalistas em diferentes quadrantes.

5.3 Saúde mental e uso de álcool

Os resultados referentes à saúde mental são preocupantes, com alta prevalência de sintomas de Insônia (47,9%), estresse (47,8%), depressão (50,2%) e ansiedade (35,8%). As proporções de sintomas em níveis severos e extremamente severos são particularmente alarmantes, indicando um sofrimento psíquico expressivo. Complementarmente, 21,5% dos jornalistas apresentam padrões de consumo de álcool de risco ou provável dependência.

A saúde mental fragilizada e o uso problemático de álcool afetam diretamente a capacidade de trabalho, a tomada de decisões, a criatividade e o bem-estar geral, podendo levar a impactos na qualidade do jornalismo e na segurança dos profissionais. O estigma associado a transtornos mentais e ao uso de substâncias pode dificultar a busca por ajuda.

É crucial implementar programas de triagem e apoio psicossocial para jornalistas, facilitando o acesso a serviços de saúde mental e tratamento para o uso de álcool, com políticas que combatam o estigma. Estudos etiológicos que investiguem os fatores de risco e proteção específicos para o desenvolvimento desses transtornos na categoria são necessários, bem como a avaliação de intervenções preventivas e terapêuticas adaptadas à realidade da profissão.

5.4 Capacidade e satisfação no trabalho

Uma parcela considerável dos jornalistas (51,8%) possui capacidade moderada para o trabalho, e 33,1% já apresentam baixa capacidade. A satisfação no trabalho, com média de 70,4 pontos e mediana de 67 pontos (em uma escala de 22-132), embora não seja alarmantemente baixa, posiciona-se abaixo do ponto neutro da escala, com uma significativa heterogeneidade (DP 26,9 pontos).

A capacidade moderada ou baixa para o trabalho impacta diretamente a produtividade, a qualidade do trabalho e a sustentabilidade da carreira, enquanto a satisfação abaixo do ponto médio pode levar à desmotivação, rotatividade e absenteísmo.

Investigações futuras devem focar nos fatores que influenciam a capacidade e a satisfação no trabalho, incluindo a relação com o ambiente psicossocial, carga de trabalho e apoio social. O desenvolvimento de programas que visem aprimorar a capacidade de enfrentamento e a gestão do estresse pode contribuir para a sustentabilidade da carreira e a qualidade de vida.

5.5 Limitações do estudo e recomendações metodológicas futuras

Este estudo, de natureza transversal e com amostragem por conveniência e bola de neve, apresenta limitações que devem ser consideradas na interpretação dos resultados. A natureza transversal impede o estabelecimento de relações de causalidade entre as variáveis investigadas, e o tipo de amostragem pode limitar a generalização dos achados para a totalidade da população de jornalistas brasileiros.

Recomenda-se a condução de estudos longitudinais para investigar a dinâmica temporal das condições de trabalho e da saúde mental, permitindo a inferência de relações causais. Estudos com amostragens probabilísticas e maiores tamanhos amostrais são necessários para aumentar a representatividade e generalização dos resultados. A utilização de metodologias mistas (quantitativas e qualitativas) poderia aprofundar a compreensão das experiências vividas pelos jornalistas.

5.6 Contribuições do estudo

Em suma, este relatório técnico demonstra que a saúde mental dos jornalistas no Brasil é uma questão crítica, interligada às condições e ao ambiente de trabalho. Os achados fornecem evidências epidemiológicas robustas que podem subsidiar a formulação de políticas públicas e corporativas, ações sindicais e iniciativas de saúde ocupacional. É fundamental que empregadores, entidades de classe e formuladores de políticas reconheçam a urgência da situação e atuem de forma colaborativa para promover um ambiente de trabalho mais seguro, justo e saudável para os profissionais da imprensa, garantindo sua saúde e a qualidade do jornalismo.

Referências

- AL SAADI, T. et al. Psychological distress among medical students in conflicts: a cross-sectional study from Syria. *BMC medical education*, v. 17, n. 1, p. 1-8, 2017.
- Amorim, J. L., & Bueno, T. (2019). Mulheres jornalistas em pauta: Estado da Arte sobre assédio moral e sexual no Brasil. *Pauta Geral - Estudos Em Jornalismo*, 6(2). <https://doi.org/10.5212/revistapautageral.v.6.i2.0010>
- Assis, F. de. (2023). A comunidade de jornalistas LGBTQIA+ e o esforço das ações afirmativas num Brasil conservador. *MATRIZES*, 17(2), 153–169. <https://doi.org/10.11606/issn.1982-8160.v17i2p153-169>
- Björkenfeldt, O. (2023). Swedish journalists' perceptions of legal protection against unlawful online harassment. *Frontiers in Sociology*, 8. <https://doi.org/10.3389/fsoc.2023.1154495>

Beluce, A. C. (2019). Estudantes e as tecnologias digitais: relações entre cyberbullying e motivação para aprender. Universidade Estadual de Londrina. Tese de doutorado.

Campagna, T. G., & Kutzke, L. P. (2019). Mudanças na rotina profissional de mulheres jornalistas devido ao assédio sexual, verbal e moral. *Paradoxos*, 4(2), 38–52. <https://doi.org/10.14393/par-v4n2-2019-50618>

Collins, J. L. (2001). Health issues in journalism and reporting. *Occupational Medicine - State of the Art Reviews*, 16(4).

Coqueiro, J. M., Antunes, M. N., Santos, T. B. dos, & Tabai, B. J. (2022). Percepção dos jornalistas sobre agressões sofridas em tempos da covid-19. *Revista Eletrônica de Comunicação, Informação & Inovação Em Saúde*, 16(3). <https://doi.org/10.29397/reciis.v16i3.3230>

Deavours, D., Heath, W., Miller, K., Viehouser, M., Palacios-Plugge, S., & Broussard, R. (2023). Reciprocal journalism's double-edged sword: How journalists resolve cognitive dissonance after experiencing harassment from audiences on social media. *Journalism*, 24(11). <https://doi.org/10.1177/14648849221109654>

Grimes, D. R., Brennan, L. J., & O'Connor, R. (2020). Establishing a taxonomy of potential hazards associated with communicating medical science in the age of disinformation. *BMJ Open*, 10(7), e035626. <https://doi.org/10.1136/bmjopen-2019-035626>

Guimarães, M., Alves, M., Chor, D., Faerstein, E., De, C., Lopes C E Guilherme, S., & Werneck, L. (2004). ": a Portuguese-language adaptation. In *Rev Saúde Pública* (Vol. 38, Issue 2). www.fsp.usp.br/rsp

Huda, K. N., & Azad, A. K. (2015). Professional Stress in Journalism: A Study on Electronic Media Journalists of Bangladesh. *Advances in Journalism and Communication*, 03(04), 79–88. <https://doi.org/10.4236/ajc.2015.34009>

Hussain, M. S., & Dev, I. C. R. &. (2013). Women in media face discrimination; a critical study on the issues of Pakistani female journalists. In *INTERNATIONAL CONFERENCE ON WOMEN'S STUDIES 2013* (Issue International Conference on Women's Studies (ICWS)).

Iqbal, I., & Iqbal, A. (2017). The Harassment and the Violence against the Female Journalists of Pakistan. 3, 30–44. <https://doi.org/10.17501/medcom.2017.2104>

Kara, S. (2022). It still matters: Inequality within Swedish information and communication workplaces for people of minority backgrounds. Uppsala University.

Koirala, S. (2020). Female journalists' experience of online harassment: A case study of Nepal. *Media and Communication*, 8(1). <https://doi.org/10.17645/mac.v8i1.2541>

Lelo, T. V. (2019). Restruturações produtivas no mundo do trabalho dos jornalistas: precariedade, tecnologia e manifestações da identidade profissional. <https://orcid.org/0000-0002-6070-9332>

Lelo, T. V. (2021). The naturalization of moral harassment in digital journalism. *Media e Jornalismo*, 21(38). https://doi.org/10.14195/2183-5462_38_10

- Leymann H. (1996). The Content and Development of Mobbing at Work. *European Journal of work and organizational psychology*, 5(2):165–84.
- Maciel, R. H., & Gonçalves, R. C. (2008). Pesquisando o assédio moral: a questão do método do Negative Acts Questionnaire (NAQ) para o Brasil. In: Soboll LAP (org.). *Violência psicológica e assédio moral no trabalho*. São Paulo: Casa do Psicólogo, 167–85.
- Manjarrez Peñúñuri, A. B. (2018). Periodistas sonorenses en resistencia ante el acoso sexual. *Revista de Estudios de Género*, 6(48), 327–357.
- Martinez, M. C., Latorre, M. do R. D. de O., & Fischer, F. M. (2009). Validity and reliability of the Brazilian version of the Work Ability Index questionnaire. *Revista de Saude Publica*, 43(3).
- Mikkelsen, E. G. E., & Einarsen, S. (2001). Bullying in Danish work-life: prevalence and health correlates. *Eur J Work Organ Psy.*, 10(4):393–413.
- Moretti-Pires, R. O., & Corradi-Webster, C. M. (2011). [Adaptation and validation of the Alcohol Use Disorders Identification Test (AUDIT) for a river population in the Brazilian Amazon]. *Cadernos de Saude Publica*, 27(3).
- Nicoletti, J., & Figaro, R. (2023). Platform economy and journalism: another side to the precarious labor environment in Brazil *Economia de plataforma e trabalho jornalístico: outra face da precarização laboral no Brasil*. In *Observatorio (OBS*) Journal*.
<http://obs.obercom.pt>.
- Nordin, M., Åkerstedt, T., & Nordin, S. (2013). Psychometric evaluation and normative data for the karolinska sleep questionnaire. *Sleep and Biological Rhythms*, 11(4).
<https://doi.org/10.1111/sbr.12024>
- Oliveira, K. L., Beluce, A. C., Almeida, L. S., Inácio, A. L. M., & Boruchovitch, E. (2023). Propriedades psicométricas e evidências de validade da Escala de Avaliação do Cyberbullying. *Avaliação Psicológica*, 22(4), 349–358. Epub 02 de dezembro de 2024.
<https://doi.org/10.15689/ap.2023.2204.25024.04>
- Ramires, L. (2020). Mulheres jornalistas esportivas e mercado de trabalho: quem (não) as deixa trabalhar? *Revista Katálisis*, 23(3), 501–509.
<https://doi.org/10.1590/1982-02592020v23n3p501>
- Reimberg, C. O. (2015). O exercício da atividade jornalística na visão dos profissionais: sofrimento e prazer na perspectiva teórica da psicodinâmica do trabalho.
- Robertson, I. T., Cooper, C. L., & Williams, J. (1990). The validity of the occupational stress indicator. *Work and Stress*, 4(1).
<https://doi.org/10.1080/02678379008256962>
- Saati, A. (2023). The Fourth Estate? The Experiences of Cape Verdean Journalists. *Island Studies Journal*, 19(1). <https://doi.org/10.24043/001c.88131>
- Sampaio-Dias, S., Silveirinha, M. J., Garcez, B., Subtil, F., Miranda, J., & Cerqueira, C. (2024). “Journalists are Prepared for Critical Situations ... but We are Not Prepared for This”: Empirical and Structural Dimensions of Gendered Online Harassment. *Journalism Practice*, 18(2), 301–318.
<https://doi.org/10.1080/17512786.2023.2250755>

- Silva, I. V., Aquino, E. M. L., & Pinto, I. C. de M. (2017). Características psicométricas do Negative Acts Questionnaire para detecção do assédio moral no trabalho: estudo avaliativo do instrumento com uma amostra de servidores estaduais da saúde. *Revista Brasileira De Saúde Ocupacional*, 42, e2. <https://doi.org/10.1590/2317-6369000128715>
- Sisson, G., Herold, S., & Woodruff, K. (2017). "The stakes are so high": interviews with progressive journalists reporting on abortion. *Contraception*, 96(6), 395–400. <https://doi.org/10.1016/j.contraception.2017.08.005>
- Smith, R. J., Drevo, S., & Newman, E. (2018). Covering traumatic news stories: Factors associated with post-traumatic stress disorder among journalists. *Stress and Health*, 34(2), 218–226. <https://doi.org/10.1002/smi.2775>
- Swan, J. A., De Moraes, L. F. R., & Cooper, C. L. (1993). Developing the occupational stress indicator (OSI) for use in Brazil: A report on the reliability and validity of the translated OSI. *Stress Medicine*, 9(4). <https://doi.org/10.1002/smi.2460090407>
- Tonami, A., Yoshida, M., & Sano, Y. (2022). Online harassment in Japan: Dissecting the targeting of a female journalist. *F1000Research*, 10. <https://doi.org/10.12688/f1000research.74657.2>
- Vignola, R. C. B., & Tucci, A. M. (2014). Adaptation and validation of the depression, anxiety and stress scale (DASS) to Brazilian Portuguese. *Journal of Affective Disorders*, 155(1). <https://doi.org/10.1016/j.jad.2013.10.031>
- Zamir, F. (2021). Influence of Cultural Barriers, Societal Issues and Environmental Restriction on Career of Female Journalist: A Review of Feminist Economy of Female Journalists of Pakistan. *Journal of Development and Social Sciences*, 2(III), 481–490. [https://doi.org/10.47205/jdss.2021\(2-iii\)40](https://doi.org/10.47205/jdss.2021(2-iii)40)

DIRETORIA FENAJ - TRIÊNIO 2025-2028

Diretoria Executiva

Presidência - **Samira de Castro (CE)**
Primeira Vice-presidência - **Moacyr Neves (BA)**
Segunda Vice-presidência - **Thiago Tanji (SP)**
Secretaria-Geral - **Priscilla Chandretti (MG/JF)**
Secretaria Administrativa - **Renata Maffezoli (DF)**
Primeira-Tesouraria - **Wilson Reis (AM)**
Segunda-Tesouraria - **Marcia Raquel (PR)**
Primeira suplência - **Alexandre Lino (AL)**
Segunda suplência - **Andressa Rebonato (ES)**

Vices-presidências Regionais

Vice-presidência Norte I (Acre, Amazonas, Rondônia e Roraima) - **Adriana Cruz (RR)**

Vice-presidência Norte II (Amapá, Pará, Maranhão e Tocantins) - **Helena Sária (PA)**

Vice-presidência Nordeste I (Piauí, Ceará, Rio Grande do Norte e Paraíba) - **Inise Machado (PB)**

Vice-presidência Nordeste II (Pernambuco, Alagoas, Sergipe e Bahia) - **Severino Junior (PE)**

Vice-presidência Sudeste (Espírito Santo, Minas Gerais, Rio de Janeiro e São Paulo) - **Breno Araújo (MG)**

Vice-presidência Centro-Oeste (Distrito Federal, Goiás, Mato Grosso e Mato Grosso do Sul) - **Gerson Jara (MS)**

Vice-presidência Sul (Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul) - **Stela Pastore (RS)**

Secretarias

Secretaria de Relações Institucionais

Secretário - Antônio Paulo Santos (AM)
Secretário-adjunto - Marcos Urupá (DF)

Secretaria de Relações Internacionais

Secretário - Ayoub Hanna Ayoub (NPR)
Secretário-adjunto - Rafael Mesquita (CE)

Secretaria de Educação, Cultura e Aperfeiçoamento Profissional

Secretário - Rogério Christofolletti (SC)
Secretário-adjunto - Paulo Thadeu (RR)

Secretaria de Gênero, Raça e Etnia

Secretária - Germana McGregor (CE)
Secretária-adjunta - Alessandra Bacelar (TO)

Secretaria de Mobilização, Negociação Salarial e Direito Autoral

Secretária - Fernanda Gama (BA)
Secretário-adjunto - Ricardo Andretto (Norte PR)

Secretaria de Mobilização dos Jornalistas em Assessoria de Comunicação

Secretária - Márcia Quintanilha (SP)
Secretária-adjunta - Leticia Castro (RS)

Secretaria de Mobilização dos Jornalistas de Produção e Imagem

Secretário - Eduardo Viné (SP)
Secretário-adjunto - Marcelo Henrique (AL)

Secretaria de Saúde e Segurança

Secretário - Fábio Bispo (SC)
Secretário-adjunto - Norian Segatto (SP)

Conselho Fiscal

Milton Alves (SE)
Luiz Carlos de Oliveira (PI)
Itamar Perenha (MT)

Comissão Nacional de Ética

Marjorie Moura (BA)
Fernanda Viseu (ERJ)
Silvia Fernandes (RS)
Franklin Valverde (SP)
Edgar Rebouças (ES)

SINDICATOS FILIADOS

Sindicato dos Jornalistas Profissionais do Estado Acre
Sindicato dos Jornalistas Profissionais do Estado de Alagoas
Sindicato dos Jornalistas Profissionais do Estado do Amapá
Sindicato dos Jornalistas Profissionais do Estado do Amazonas
Sindicato dos Jornalistas Profissionais do Estado da Bahia
Sindicato dos Jornalistas Profissionais no Estado do Ceará
Sindicato de Jornalistas Profissionais do Distrito Federal
Sindicato dos Jornalistas Profissionais de Dourados
Sindicato dos Jornalistas Profissionais do Espírito Santo
Sindicato dos Jornalistas Profissionais do Estado do Rio de Janeiro
Sindicato dos Jornalistas Profissionais do Estado de Goiás
Sindicato dos Jornalistas Profissionais de Juiz de Fora
Sindicato dos Jornalistas Profissionais do Norte do Paraná
Sindicato dos Jornalistas Profissionais do Estado do Maranhão
Sindicato dos Jornalistas Profissionais do Estado de Mato Grosso
Sindicato dos Jornalistas Profissionais do Estado do Mato Grosso do Sul
Sindicato dos Jornalistas Profissionais do Estado de Minas Gerais
Sindicato dos Jornalistas Profissionais do Município do Rio de Janeiro
Sindicato dos Jornalistas Profissionais do Estado do Pará
Sindicato dos Jornalistas Profissionais do Estado da Paraíba
Sindicato de Jornalistas Profissionais do Estado do Paraná
Sindicato dos Jornalistas Profissionais do Estado de Pernambuco
Sindicato dos Jornalistas Profissionais do Estado do Piauí
Sindicato dos Jornalistas Profissionais do Estado do Rio Grande do Norte
Sindicato de Jornalistas Profissionais do Estado do Rio Grande do Sul
Sindicato dos Jornalistas Profissionais do Estado de Rondônia
Sindicato dos Jornalistas Profissionais do Estado de Roraima
Sindicato dos Jornalistas Profissionais do Estado de Santa Catarina
Sindicato dos Jornalistas Profissionais do Estado de São Paulo
Sindicato dos Jornalistas Profissionais do Estado de Sergipe
Sindicato dos Jornalistas Profissionais do Estado de Tocantins

PEC NA CÂMARA. REVISÃO NO STF.

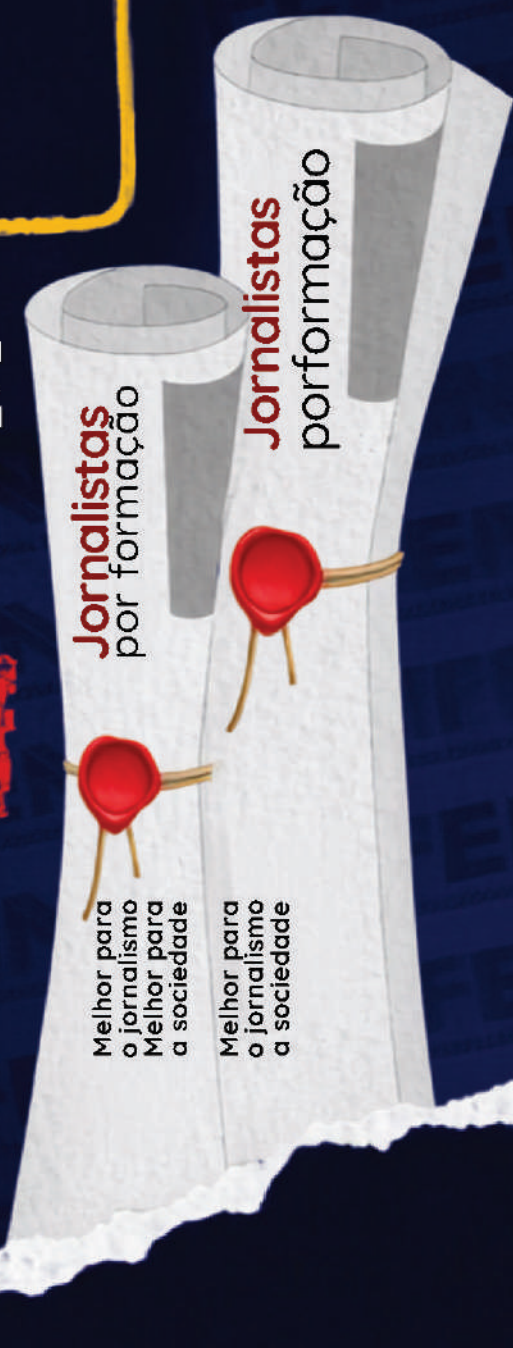
Eu sou **jornalista.**
Eu defendo o
diploma.

**JORNALISMO É
PROFISSÃO.**

DIPLOMA JÁ!

FENAJ
FEDERAÇÃO NACIONAL DOS JORNALISTAS

SINDICATOS
FILIADOS





CAMPANHA SALARIAL
NACIONAL UNIFICADA

**A NOTÍCIA VALE.
QUEM PRODUZ, TAMBÉM.**

**Chega de precarização
no Jornalismo.**

**A luta é por direitos, salários
justos e valorização profissional.**

Jornalistas escrevem, apuram, investigam, gravam,
editam, publicam e fazem a informação chegar.
Mas enquanto o trabalho aumenta, os salários não
acompanham.

FENAJ
FEDERAÇÃO NACIONAL DOS JORNALISTAS

**SINDICATOS
FILIADOS**



fenajoficial

